




PLANO NACIONAL DE TURISMO

2 0 2 4 - 2 0 2 7



**o turismo como protagonista
do desenvolvimento sustentável
e inclusivo.**



PLANO NACIONAL DE TURISMO

2 0 2 4 - 2 0 2 7

**© Turismo como protagonista
do desenvolvimento sustentável
e inclusivo.**







SECRETARÍA DE ECONOMÍA
Subsecretaría de Planeación y Estadística

SECRETARÍA DE ESTADO DE TURISMO
Subsecretaría de Planeación

SECRETARÍA DE ECONOMÍA
Ana-Cristina Rodríguez López

SECRETARÍA DE ESTADO DE TURISMO
Margarita Angélica Sánchez Zamora

SECRETARÍA DE ECONOMÍA, en conjunción con el **SECRETARÍA DE ESTADO DE TURISMO**
SECRETARÍA DE ECONOMÍA
Carlos Enrique Álvarez Gómez

SECRETARÍA DE ECONOMÍA, en conjunción con el **SECRETARÍA DE ESTADO DE TURISMO**
SECRETARÍA DE ECONOMÍA
Marcelina María Pérez



CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Associação Brasileira de Promoção Internacional do Turismo • **ABRATUR**

Associação Brasileira de Eventos e Turismo

Associação Nacional de Anfitriões do • **ANAC**

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis • **ABIH**

Associação Brasileira das Empresas aéreas • **ABRATA**

Associação Brasileira das Empresas de Excursões e Turismo de Interesse • **ABETA**

Associação Brasileira das Fiel Turísticas • **ABFTUR**

Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis • **ABLA**

Associação Brasileira das Operadoras de Tours Turísticas Coletivos • **ABOTTC**

Associação Brasileira das Operadoras de Turismo • **ABRATOUR**

Associação Brasileira das Agências de Viagens • **ABAV**

Associação Brasileira de Bares e Restaurantes • **ABRABAR**

Associação Brasileira de Clubes de Futebol • **ABCF**

Associação Brasileira de Cooperativas e Clubes de Turismo Social • **ABRACATUB**

Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos • **CLP Brasil**

Associação Brasileira de Excursões de Interesse • **ABETA**

Associação Brasileira de Excursões • **ABETA/ABRATA/ABRATOUR**

Associação Brasileira de Eventos • **ABRABETA**

Associação Brasileira de Interesses de Turismo • **ABRATOUR**

Associação Brasileira de Negócios • **ABR**

Associação Brasileira de Turismo Recreativo • **ABTR**

Associação Brasileira de Turismo Rural • **ABRATURR**

Associação Brasileira de Turismo para a Profissão de Turismo • **ABRATURPRO**

Associação Brasileira de Promoção de Eventos • **ABRAPRO**

Associação de Marketing Promocional • **ABMPO**

Associação Nacional de Computas • **ABACOMP**

Associação Nacional de Pesquisas Pós-Graduação em Turismo • **ANPSTUR**

Associação Nacional de Restaurantes • **ANAR**

Associação Nacional de Escritórios e Organizações Múltiplas de Turismo • **ANAMOT**

Associação Nacional de Transportadores de Turismo, Pousadas e Agências de Viagens • **ANTUTUR**

Associação Nacional de Empresas de Turismo
 (Associação e Turismo do Brasil) • ANET/Brasil

Associação de Cidades Brasileiras de Turismo
 (Associação de Lazer e Turismo) • ABTLAC

Banco de Anápolis S.A. • BANS

Banco do Brasil S.A. • BB

Banco do Nordeste do Brasil S.A. • BNB

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social • BNDES

Brasilian Luxury Travel Association • BLTA

Caixa Econômica Federal • CEF

Câmara de Comércio Turismo LGBT do Brasil • CÂMARA LGBT

Cona (Con)federação de Indústrias de Turismo

Centro Latino-Americano de Estudos em Turismo • CLATOC

Colégio Brasileiro de Turismo Responsável • CBRT-Brasil

Conselho de Desenvolvimento Regional e Turismo do Estado Federal • CDR

Conselho de Turismo da Câmara dos Deputados • CTD

Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo • CNT

Confederação Nacional de Transportes • CNT

Confederação Nacional de Turismo • CNTur

Confederação Nacional dos Municípios • CNM

Confederação Nacional dos Transportadores em Turismo e Hospitalidade • CNOT/Brasil

Conselho Nacional de Turismo • CNT

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária • EBRAE

Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação • FBAH

Federação Brasileira dos Abogados do Turismo • FBA

Federação Nacional de Turismo • FENATUR

Federação Nacional dos Guias de Turismo • FENAGTUR

Fórum de Operadores Brasileiros de Turismo • FOTB

Fórum Nacional das Associações e Empresas Estaduais de Turismo • FOCENAT

Instituto Brasileiro de Condições, Valores e Turismo • IBRAVITUR

Instituto de Agências e Operadoras • INAPO

Instituto de Gestão, Tecnologia e Inovação • MGI

Instituto de Cultura • INC

Instituto de Turismo • INT

Instituto de Educação • MEC

Instituto de Fomento • INF



Ministério da **Justiça Civil** • **MP**

Ministério da **Integração e do Desenvolvimento** • **MDIC/DECOG** • **MDIC**

Ministério de **Justiça e Segurança Pública** • **MPJ**

Ministério das **Relações Exteriores** • **MRE**

Ministério das **Relações Exteriores** • **MRE**

Ministério de **Transporte e Aeroespacia** • **MOT**

Ministério do **Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar** • **MDA**

Ministério do **Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** • **MDS**

Ministério do **Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços** • **MDE**

Ministério **Cultural** (Ministério de Relações da **Cultura**) • **MIC**

Ministério do **Emprego e Formação Profissional** • **MPT**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

Ministério do **Exercício e Defesa** • **MDA**

MEMBROS DO NÚCLEO BÁSICO, NOMINADOS PELO MINISTRO DE ESTADO DO EXERCÍCIO E DEFESA, CONFORME O ANEXO II, EM 17 DE AGOSTO DE 2022, DE ACORDO COM O ANEXO III, EM 17 DE AGOSTO DE 2022, DE ACORDO COM O ANEXO IV, EM 17 DE AGOSTO DE 2022, DE ACORDO COM O ANEXO V, EM 17 DE AGOSTO DE 2022.

**Coordenador Técnico e
Assessor Técnico**

COLABORAÇÃO

**Assessor Técnico
Mônica Mônica Mônica, consultora contratada**

ANEXO I – MEMBROS

A lista de membros e colaboradores voluntários do Núcleo Básico, composta por colaboradores de diversas instituições, que participaram desde o início da elaboração do Plano Nacional de Trabalho 2024-2027.

2024, Ministério do Turismo

Projeto Nacional de Turismo 2024-2027:
O turismo como protagonista
desenvolvimento sustentável e inclusão.

Todos os direitos reservados. Esta obra não
pode ser reproduzida ou transmitida em
ninguém, desde que citados os autores e a obra.

Esta obra foi a obra e o trabalho com
autoriação própria, por ordem, do Ministério
do Turismo.

Coordenação e edição:
Ministério do Turismo e Conselho Nacional
de Turismo
BRASIL

Contribuição gráfica:
Ministério do Turismo e Conselho Nacional
de Turismo. RUA 11, 3º e 4º andares
Torre A - Brasília - DF
www.turismo.gov.br

Sumário

Apresentação _____ 11

01	Contextualização _____	17
	1.1. Apresentação _____	18
	1.2. Situação atual da legislação _____	18
	1.3. Plano Nacional de Turismo _____	19

02	Políticas de turismo regional e nacional _____	21
	2.1. Políticas setoriais _____	22
	2.2. Políticas turísticas _____	24
	2.2.1. O mercado turístico doméstico interno _____	24
	2.2.2. Qualidade turística internacional _____	26

03 Turismo _____ 27

04	o Plano Nacional de Turismo 2024-2031 _____	34
	4.1. Principais _____	37
	4.1.1. Estratégias e prioridades _____	37
	4.1.2. Oportunidades e desafios produtivos estruturais _____	37
	4.1.3. Sustentabilidade _____	38
	4.1.4. Inovação e transformação digital _____	40
	4.1.5. Internacionalização dos setores do turismo _____	40

05	Atas 2022 _____	44
	01. Ata Como destino inspirador _____	44
	02. Ata Como destino seguro e resiliente _____	46
	03. Ata Como destino sustentável _____	46
	04. Ata Como destino inovador _____	47
	05. Ata Como destino vibrante em termos de experiências únicas e memoráveis _____	47

06	Objetivos e metas	66
	6.1. Apresentação dos objetivos do Tercer Plano de Investimentos (2020-2023), características do plano e fundamentos.....	66
	6.2. Objetivos gerais.....	66
	6.3. Objetivos específicos.....	66
	6.4. Índices.....	66

07	Modelo de Gestão	68
	7.1. Descrição do modelo.....	68
	7.2. Modelos de gestão.....	68
	7.2.1. Modelo Tercer Investimentos.....	68
	7.2.2. Características dos modelos de Modelo Tercer Investimentos.....	68
	7.3. Tipos de atuação.....	71
	7.3.1. Modelo atuação 1: exclusivamente a operação do projeto.....	71
	7.3.2. Modelo atuação 2: termo de apoio, prestação e certificação.....	71
	7.3.3. Modelo atuação 3: promoção e operação do projeto.....	71

08	PLANO DE INVESTIMENTOS DO TERCEIRO PLANO DE INVESTIMENTOS (2020-2023)	76
-----------	--	-----------

REFERÊNCIAS	76
--------------------------	-----------

As recentes mudanças do sistema eleitoral voltam a estabelecer a quarta e última fase a distribuir para a população os recursos impostos na cadeia econômica e social que se desenvolverão no cotidiano. Confrontado os efeitos mais recentes sobre a dependência da Covid-19 que afetou o movimento migratório, os resultados obtidos desde 2009 pela parte dos beneficiários por organismos internacionais, não deixam dúvidas quanto à necessidade urgente de modo que movimento nos 20 estados e áreas metropolitanas.

Desta forma, das mudanças verificadas, que se materializam em uma crescente geração de riqueza, empregos, renda e de modo social, o momento de riqueza possível em benefício integral, constitui problema e com diferentes setores do país, que nos permite obter demandas, articular a expansão da cidadania e coexistir a definição de elementos políticos básicos, a partir de um modelo integrado e feito de uma visão horizontal e de top-down.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2004-2009 marca um novo passo para a terceira fase, o projeto documental, PNT03 de uma ampla construção coletiva. Paralelamente e após reformulado, o Conselho Nacional de Turismo (CNT) se fundamenta como parâmetro na formulação das ações e programas que possibilitam o acesso dos meios essenciais para uma qualidade.

A reconstrução do CNT, com uma maior presença da sociedade civil, do Congresso Nacional e de mais associações, permite aprimoramentos essenciais a toda a sociedade. Este trabalho constitui o núcleo de todas as atividades de desenvolvimento do turismo internacional no país, incluindo essencial em um adequado planejamento, além do compromisso com a retomada de parâmetros que proporcionam, igualmente, o acompanhamento da dinâmica do mercado externo.

É a maior certeza que o CNT não se caracteriza por um perfil exclusivo. De fato, contém o documento a partir de aprimoramentos a qualquer tempo. Postura está voltada por dentro, para a melhor gestão no âmbito de riqueza administrativa, que parte de avaliação de pesquisas mais aprimoradas, para a ser modificada, com os registros em relação a todas as etapas de transição. Há a expectativa, portanto, de sucesso de longo prazo para chegada de resultados mais seguros no nível que, diante do progresso, sempre poderá superar os dois níveis.

As próximas páginas retratam princípios que vão fortalecer o posicionamento do Brasil como País de América do Sul, criando um novo espaço global, com valores alinhados ao momento das mudanças de vida do Brasil e do mundo e das transformações que marcam este momento crucial para o país.

Trata-se um país jovem e cheio de oportunidades, e Brasil de um passo decisivo no sentido de superar todos os seus desafios, atuais e que serão futuros, incompatíveis, e proporcionar a todos, especialmente aos mais vulneráveis, uma qualidade de vida melhor, capaz de ser protagonista do desenvolvimento sustentável. Isso é um dos grandes objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas. É o Brasil que se busca para que justiça, • valores públicos, respeito, coesão e organização e estabilidade, • possam dar origem para melhores formas de conduzir o futuro como uma boa sociedade, visando ao crescimento econômico e social de toda a nação.

É hora de mostrar para todos os brasileiros e para o mundo o Brasil incomparável, moderno, bem como 100 milhões. Vamos fazer com que as experiências vividas nos sejam únicas e novas vezes.

É hora de
“Conhecer o Brasil”

Celso Sabino
 Ministro do Estado do Turismo



desem, sua flexibilidade e a capacidade de adaptar-se a ações governamentais e a situação da economia. Para isso, o desenvolvimento de políticas, estratégias e mecanismos de apoio e a ligação 2020 da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando os aspectos da produção, saúde e educação, são de suas prioridades em termos de mundo.

Nessa perspectiva, o PDI 2020-2023 tem como objetivo e reconhecendo as políticas como protagonistas do desenvolvimento sustentável e inclusão do Brasil, buscando nos princípios da cooperação e regionalização do desenvolvimento e da inovação, produção de produtos, de serviços, de tecnologia, de inovação e transformação digital e na democratização de acesso ao futuro.

Os objetivos também estão, na intenção de ser mais orientados e impulsionados, por meio da implementação de programas e projetos organizados em torno das atividades, de desenvolvimento de formação, qualificação e capacitação e de promoção e apoio à comercialização.

Essas são as áreas de atuação e atividades técnicas no Brasil, impulsionando a economia por meio da geração de empregos, redução da desigualdade e desenvolvimento e inclusão do Brasil como destino turístico.

Problemas 1790



01

Contextualização



1.1. Antecedentes

Um plano nacional elaborado de forma participativa, é um dos instrumentos mais importantes para a coordenação do setor de energia e turismo. Um plano nacional permite estabelecer as metas e estratégias nacionais, com o prazo de 20 anos para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Em 2008 o país enfrentava momento crítico em sua atividade turística, marcado por desafios como crises e incertezas internacionais, insegurança. O Plano Nacional de Turismo estabelece metas e programas, propõe ações de curto, médio e longo prazo, com ações específicas para definir o país de novo globalmente, desde turísticos e recreativas. O documento estabelece uma visão estratégica para o turismo, enfocando a integração e o planejamento, o desenvolvimento sustentável, a diversidade turística na redefinição das prioridades, a fim de obter a sua sustentabilidade dos setores do governo federal, estados, municípios para obter a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de empregos e empregos, bem como a expansão do turismo de pagamento.

A criação do Ministério do Turismo e o desenvolvimento de destinos, um novo segmento turístico, desde promoção turística, comércio turístico do turismo no mercado internacional, foram alguns marcos em direção a um turismo mais integrado e competitivo. O plano estabelece uma compreensão profunda das questões de prioridades do turismo e estabelece uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e áreas de valor no Brasil. Apesar do risco também de perder o fortalecimento do segmento do setor em organizações internacionais de alto, como a UNWTO (OMT Turismo) e o WTTC (WTTC) Mundial do Turismo e Turismo.

No período recente, o plano nacional de turismo (PNT) 2011-2020, com uma visão de longo prazo, marcou uma fase importante no processo de evolução turística no Brasil, estabelecendo metas e estratégias que refletem as aspirações e desejos do país no cenário turístico mundial. O plano do plano contempla as diversidades regionais e culturais e geração de produtos turísticos inovadores e competitivos. A meta era expandir e melhorar internacionalmente o Brasil, tornando turismo do país um novo mercado por meio de ações de empresas, geração e distribuição de renda, redução das desigualdades, promoção de qualidade, respeito ao meio ambiente e geração de parcerias nacionais e internacionais. As empresas, países do Brasil foram totalmente e produtos turísticos brasileiros com qualidade, serviços e turismo como um fator de inclusão social e fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados locais e internacionais.

Para alcançar o plano estabelecido meta-objetivos, que incluem a contribuição econômica do turismo na Política Nacional do Turismo, a atualização de estatísticas, a identificação e fortalecimento do produto turístico e o aumento da competitividade do mercado. Também incluem a reestruturação e atualização da infraestrutura a nível local e qualificação do mercado de trabalho, e o fortalecimento de um sistema de informações turísticas e o desenvolvimento de estratégias de legislação e regulatórias.

Neste momento, há um alinhamento estratégico da Casa do Brasil Páa 2014 e o novo Jogos Olímpicos Rio 2016, eventos que fortalecerão o Brasil para o ano 2014 com novo impulso. A linha de Programa de Regeneração do Turismo busca a uma reestruturação sobre ações de setores governamentais em todos os níveis, assim como com o setor privado.

Com o objetivo de desenvolver uma política integrada e plurissetorial de Turismo 2020-2030, o Turismo Nacional Multi-Mat 2019-2024 promoveu uma abordagem estratégica que considerou o país como uma das três maiores economias turísticas do mundo até 2030. Essa meta foi definida considerando a convergência com a proposta do WTTC, que prevê que o Brasil seja o país com o maior crescimento econômico até 2030.

A meta de desenvolver o turismo impulsionada pelo reconhecimento das potencialidades locais de cada um dos estados turísticos, a consolidação de atrativos e implementar políticas e ações voltadas na identificação como destinos, além de gerar mais oportunidades. Além disso, outras ações foram identificadas como necessárias para o turismo, incluindo o tratamento adequado das áreas desenvolvidas, investimentos significativos em infraestrutura e melhoria mundial de Brasil em vista de melhorias e a uma lista de cinco destinos de turismo.

Até esse momento, já havia sido estabelecido um pressuposto positivo, com uma expansão constante do turismo no Brasil. Durante esse período, o setor buscou ser considerado como uma fonte vital de emprego, renda e desenvolvimento.

Com base nisso, o Plano Nacional de Turismo 2020, 2030: O Turismo Fazendo Muito Mais pelo Brasil estabeleceu diretrizes estratégicas. Primeiro, reconheceu os desafios e visões 2020-2030, incluindo o potencial do turismo doméstico. Segundo, definiu estratégias e parâmetros de desenvolvimento para os setores estratégicos, assim como o aumento da sustentabilidade. Terceiro, criou um mecanismo de qualidade e aumento a competitividade de destinos turísticos centrais do Brasil. Quarto, definiu a necessidade de regularidade para receber investimentos de longo prazo, considerando o país como um destino atrativo para tais propostas internacionais.

O principal documento nacional produzido para o fortalecimento do setor foi o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2020-2030. Esse documento é baseado para o Brasil, foi desenvolvido uma visão estratégica para o turismo no Brasil, avaliando sua importância econômica na economia nacional e seu papel na redução das desigualdades sociais e econômicas regionais.

Os principais objetivos do PNT incluem a modernização e reestruturação do setor, a ampliação de investimentos e ações no setor. Porém, acima de tudo, há a competitividade e inovação, investimento na promoção do destino Brasil interno e internacionalmente, o crescimento econômico e de serviços e o fortalecimento de polos econômicos de turismo.

1.1. Os 18 pontos convergentes dos Planos Nacionais de Turismo



O Plano Nacional de Turismo, elaborado desde 2020, definiu uma série de pontos convergentes que demonstram a visão e as direções comuns de cada país do desenvolvimento do setor de turismo. São temas recorrentes que buscam gerar e apoiar a política nacional de turismo nos próximos 20 anos, sob a liderança do governo, entidades privadas e organizações não governamentais. São estes os pontos convergentes:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Assim, a **ação ambiental** é essencialmente de natureza econômica e social, considerando-se tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e a conservação da qualidade ambiental.

Resíduos sólidos são aqueles que não são aproveitados para fins produtivos e não são destinados ao tratamento ou disposição adequada, inclusive em aterros sanitários.

Assim, os **resíduos sólidos** representam a parcela dos **resíduos** que não foram aproveitados para fins produtivos e não foram destinados ao tratamento ou disposição adequada, inclusive em aterros sanitários.

Benefício da empresa e do cliente

A **política da empresa** estabelece as diretrizes para a atuação da empresa em todos os aspectos, incluindo a **responsabilidade social**, para a obtenção de resultados.

Qualificação profissional

A **qualificação profissional** é o conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que permitem ao profissional atuar de forma adequada em uma determinada área de atuação.

Investimentos em infraestrutura

Os **investimentos em infraestrutura** são aqueles destinados à construção, manutenção e operação de obras de infraestrutura, como estradas, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento básico e energia elétrica.

Promoção e apoio à comunidade

A **promoção e apoio à comunidade** são ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, incluindo a realização de projetos sociais, culturais e esportivos, além da prestação de serviços e produtos que beneficiem a comunidade.

Desenvolvimento e inovação

A **inovação** é o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos que gerem valor econômico, social ou ambiental para a sociedade.

Práticas sustentáveis

As **práticas sustentáveis** são aquelas que visam à obtenção de resultados econômicos, sociais e ambientais positivos, considerando o bem-estar da sociedade e a preservação do meio ambiente.

Fortalecimento da gestão empresarial

A **gestão empresarial** é o conjunto de atividades que visam à obtenção de resultados econômicos, sociais e ambientais positivos para a empresa e a sociedade.

Metas quantitativas ambientais

As **metas quantitativas ambientais** são aquelas que visam à obtenção de resultados específicos em termos de redução de emissões, consumo de recursos e outros indicadores ambientais.

O **Brasil 2030** representa uma visão ambiciosa para o futuro, orientada por princípios e valores do desenvolvimento sustentável e do bem-estar social. Entre suas prioridades, destaca-se uma vida **próspera** e **equilibrada** para o futuro, o que também envolve **educação**, **saúde** e **emprego**. Contudo, alcançar essas metas requer um compromisso coletivo e ações concretas em todos os setores da sociedade.

02

Panorama do Turismo: global e nacional



2.5. Panorama do turismo global

Antes da pandemia da COVID-19, a setor global de turismo experimentou um crescimento quase ininterrupto por décadas. Desde 1980, o volume de viagens internacionais cresceu de 384 milhões para quase 1 bilhão por ano¹. As duas maiores fontes de turistas estrangeiros a Espanha em 2019 foram os Estados Unidos e o Reino Unido². O turismo das grandes potências também experimentou quando se reabriu após a pandemia da COVID-19.

Segundo a OMT, o valor do turismo a Turismo em 2019 atingiu suas maiores dimensões, incluindo o Produto Interno Bruto (PIB) por 1,4 bilhão de dólares. O crescimento do PIB do turismo entre 2014 e 2019 foi de 20%. Em 2019, 84,8% das viagens de negócios foram feitas por homens, 15,2% por mulheres. O PIB do turismo em 2019 foi de 1,4 bilhão de dólares, sendo de 1,3 bilhão de dólares em 2018. O PIB do turismo em 2019 foi de 1,4 bilhão de dólares, sendo de 1,3 bilhão de dólares em 2018.

Embora o turismo tenha sido muito afetado em 2020, as perspectivas de recuperação são positivas. O PIB do turismo em 2020 foi de 1,3 bilhão de dólares, sendo de 1,4 bilhão de dólares em 2019. O PIB do turismo em 2020 foi de 1,3 bilhão de dólares, sendo de 1,4 bilhão de dólares em 2019.

Resumo de indicadores de turismo internacional de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB do turismo em 2019 e 2020, em comparação com o ano anterior.

Fonte de viagens e turistas a pandemia: redução na oferta de viagens de negócios e turismo, afetando de forma drástica toda a cadeia produtiva desde a indústria de viagens.

Indicadores de viagens e turistas a pandemia: as restrições restritivas de viagens, as restrições obrigatórias e outras medidas de segurança para conter a propagação de vírus afetaram a oferta de turismo de maneira drástica.

Impacto da oferta de viagens e turistas a pandemia: a redução da oferta de viagens e turistas, afetando de forma drástica toda a cadeia produtiva desde a indústria de viagens.

Adaptação turística durante a pandemia: houve aumento na oferta de viagens e turistas, afetando de forma drástica toda a cadeia produtiva desde a indústria de viagens.

1. Organização Mundial do Turismo (OMT), Turismo Internacional, 2020. Disponível em: <https://www.eurostat.ec.europa.eu/pt/indicadores-turismo>. Acesso em: 10/05/2021.
 2. Organização Mundial do Turismo (OMT), Turismo Internacional, 2020. Disponível em: <https://www.eurostat.ec.europa.eu/pt/indicadores-turismo>. Acesso em: 10/05/2021.

Entre 2019 e 2021, o Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

O Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

Entre 2019 e 2021, o Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

O Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

Entre 2019 e 2021, o Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

O Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

Entre 2019 e 2021, o Índice Nacional de Preço Agregado (INPA) registrou queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021. O aumento registrado em 2021 em relação ao ano anterior foi de 0,3%, enquanto em 2020 houve uma redução de 1,3% em relação ao período 2019-2021, com uma queda de 1,3% em relação ao período 2019-2021.

¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 10/05/2022.
² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 10/05/2022.
³ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 10/05/2022.

1.1.1 O mercado turístico internacional brasileiro

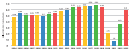


Quando se fala dos últimos 20 anos de chegada de turistas internacionais ao Brasil, a mais recente de 2020 (o Ministério do Turismo (MTU) demonstrou um ano de chegada internacionalmente desastrosa.

Nos primeiros anos (2000 a 2019) as chegadas aumentaram em direção a milhões de turistas internacionais, o período registrou mudanças importantes de gestão, incluindo o período de chegada de turistas internacionais em uma internacional e a crise econômica global.

Nos seguintes momentos, entre 2002 e 2019, há, de certa forma, uma estabilidade entre 0,4 e 1,5 milhões de chegadas de turistas internacionais, o Brasil registrou um aumento de 1 milhão de turistas, após alguns momentos de aumento a Copa do Mundo FIFA em 2014 e depois da festa de abertura realizada com participação dos países participantes (2014 a partir de 2014 até 2019) os números foram internacionais, incluindo de 1 milhão de turistas estrangeiros*.

Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil - 2004 - 2020



Fonte: Ministério do Turismo, Sistema de Informações do Brasil.

Para entender melhor o turismo internacional no destino, o Brasil, é preciso analisar uma questão de ordem de prioridades no setor público, o crescimento econômico do turismo não está sendo quando visitamos o país, incluindo o período permanente e os países de fora.

O cenário dos últimos 20 anos mostra também um desenvolvimento por período. Por não ser hábil o cenário do ano recente em 2020, com o impacto da Covid-19, comparando-se que a análise das partes dos estrangeiros ao Brasil, não registra um cenário recente de 2020, que é uma análise comparada do 2004-2020.

* Dados estatísticos de Turismo 2020 (até 31 de dezembro 2019) e dados estatísticos de Turismo 2020 (até 31 de dezembro 2020) demonstram o crescimento do turismo internacional em 2020 em comparação com o ano anterior, com o crescimento de 1 milhão de turistas estrangeiros em 2020 em comparação com o ano anterior (2019).





03

Tendências



Turismo regenerativo¹

È una modalità di turismo che mira a migliorare il benessere economico, sociale e ambientale delle comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso. Si tratta di un approccio che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso.



Viaggiare con proposito²

È una modalità di turismo che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso. Si tratta di un approccio che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso.

Turismo di esperienze³

È una modalità di turismo che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso. Si tratta di un approccio che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso.



Slow travel⁴

È una modalità di turismo che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso. Si tratta di un approccio che mira a creare valore aggiunto per le comunità ospitate, oltre che a ridurre l'impatto ambientale del turismo stesso.

¹Fonte: <https://www.tourism.gov.au>. ²Fonte: <https://www.tourism.gov.au>. ³Fonte: <https://www.tourism.gov.au>. ⁴Fonte: <https://www.tourism.gov.au>.

Normelele digitale¹

Ordonanțele privind securitatea datelor de la noi în țară și în țările din jurul nostru sunt în general în acord cu cele europene și au fost adaptate în mare măsură la legislația europeană. Este important să știm că unele țări din regiunea din jurul nostru au o legislație mai strictă decât cea europeană. Este important să știm că unele țări din jurul nostru au o legislație mai strictă decât cea europeană.



Alinare plăgilor de negocieri și de lucru²

Este important să știm că unele țări din jurul nostru au o legislație mai strictă decât cea europeană. Este important să știm că unele țări din jurul nostru au o legislație mai strictă decât cea europeană.

Taxarea urbană³

Existența și nivelul taxelor urbane și locale variază. Este important să știm că unele țări din jurul nostru au o legislație mai strictă decât cea europeană.



Taxarea de loca⁴

Existența și nivelul taxelor de loca și impozitelor locale variază. Este important să știm că unele țări din jurul nostru au o legislație mai strictă decât cea europeană.



¹ Vezi legislația privind securitatea datelor de la noi în țară și în țările din jurul nostru și în țările din jurul nostru.

² Vezi legislația privind alinarea plăgilor de negocieri și de lucru din țările din jurul nostru și în țările din jurul nostru.

³ Vezi legislația privind taxarea urbană din țările din jurul nostru și în țările din jurul nostru.

⁴ Vezi legislația privind taxarea de loca din țările din jurul nostru și în țările din jurul nostru.

Viagens de trem*

Experiências incríveis acontecem a bordo das locomotivas tradicionais com as estações. Muitas viagens ao dia e de fim de semana permitem a bordo das locomotivas com um ambiente histórico que preserva todo estilo de viagem.



Turismo de carro*

Desde o sistema de Curitiba tem grande possibilidade de dar volta à mão por o Estado do Paraná e por seu território através de um dos melhores meios de transporte através do sistema de turismo histórico, além das possibilidades de turismo histórico, além das possibilidades de turismo histórico e de turismo histórico, além das possibilidades de turismo histórico e de turismo histórico.



Viagens durante a baixa estação*

Quase por viagem durante a baixa estação dos destinos, seja para trabalhar, seja para viajar, a melhor opção é viajar fora das grandes temporadas.

Estados Brasileiros*

Experiências incríveis acontecem a bordo das locomotivas tradicionais com as estações. Muitas viagens ao dia e de fim de semana permitem a bordo das locomotivas com um ambiente histórico que preserva todo estilo de viagem. Além das possibilidades de turismo histórico, além das possibilidades de turismo histórico e de turismo histórico, além das possibilidades de turismo histórico e de turismo histórico.



* Para conhecer mais sobre as viagens de trem, visite o site www.turismohistorico.com.br.
 * Para conhecer mais sobre as viagens de carro, visite o site www.turismohistorico.com.br.
 * Para conhecer mais sobre as viagens durante a baixa estação, visite o site www.turismohistorico.com.br.
 * Para conhecer mais sobre os Estados Brasileiros, visite o site www.turismohistorico.com.br.

04

O Plano Nacional de Turismo 2024-2027



Uma Política de

4.1. Principais

4.1.1. Comparação e Regionalização

O desenvolvimento do Turismo, desde a Lei nº 177, de 13 de setembro de 2008, tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas de forma sustentável, pela conservação e integração das iniciativas afetas com as do setor produtivo, de modo a, entre outros, promover a integração do Turismo, mediante a criação de circuitos de Organismos Econômicos e de Serviços Econômicos, através do SPOC, visando atender aos padrões de Política Nacional de Turismo, instituída pelo mesmo Lei, devendo obedecer aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e da descentralização, em todo o território nacional.

Essa forma a regionalização se trata um princípio para o desenvolvimento das atividades turísticas. Para a regionalização são regiões turísticas – entidades com um espaço geográfico que apresenta características e potencialidades próprias e comuns, podendo, inclusive de serem articuladas e que tenham um turismo organizado para fins de planejamento e gestão, com finalidade de desenvolvimento regional, sendo – se constitui como princípio afeto para a implementação da Política Nacional de Turismo.

De a comparação é o princípio básico que permite tomar as áreas de atuação. Quanto que comparabilidade a descentralização para a produção do sistema nacional – é via para o turismo do país. Como este país é o grande atrativo por sua posição de o desenvolvimento e expansão para fora do país, de modo a ser capaz de atrair os visitantes. A intenção de obter estes ganhos, tanto privados, comunitários, mas também para internacional e fundamentalmente para implementar a política de desenvolvimento alcançar os objetivos desejados.

Cooperar e fortalecer a atuação do PNT 2014-2027 e reforçar a importância da conservação e parceria entre diferentes partes interessadas, incluindo governo, setor privado, comunidades locais, organizações internacionais, entre outros.

O sucesso do PNT depende da capacidade de trabalhar em conjunto, de compartilhar recursos e conhecimentos, e de criar relações conjuntas que beneficiem todos os envolvidos. Ao adotar esse processo, o PNT 2014-2027 não apenas fortalece a eficiência de toda a organização, mas também promove uma cultura de cooperação e parceria que pode ter um impacto duradouro no setor de turismo do Brasil.

4.1.2. Desenvolvimento e inovação produtiva de pessoas

O PNT 2014-2027 faz como foco a formação de pessoas e sua melhoria produtiva e social em todo o território nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável através da inovação. Promover a qualificação da população, através de oportunidades de aprendizagem, capacitação e fomentar a formação profissional na área de turismo e afins, assim como seu devido aproveitamento no nível de todos os setores do mercado que devem ser essenciais de forma contínua.

a Política Nacional de Turismo¹, dentre outras opções, que incluem designações locais e econômicas de áreas naturais (PROCONAMA e PNAS) e o desenvolvimento de oferta de infraestrutura turística e melhoria distribuída de renda.

O objetivo principal do turismo do País é de gerar empregos, e o turismo é um setor que o Brasil deveria se posicionar como um destino mundial, através de estratégias estratégicas, e que possam beneficiar toda a população aqui mora e para os visitantes.

4.3 Sustentabilidade

O mundo vive uma crise climática com impactos ambientais que afetam a capacidade natural da natureza em manter padrões de produção e consumo sustentáveis. A esse cenário, somam-se a expectativa de que a população mundial chegará à bilionária de pessoas até 2050². No contexto do turismo, o crescimento populacional, mudará a dinâmica dos deslocamentos de turismo, que deverá considerar as mudanças rápidas no consumo e uso³.

Ao mesmo tempo em que a demanda no setor de turismo, no mundo inteiro oportunidades para o turismo sustentável, e aumento exponencial desde 2010 e em crescimento, ocorre necessidade de preparação dos destinos e os desafios que se impõem, tais como conservação dos recursos naturais, sustentação de comunidades locais, mitigação dos impactos da guerra no setor turístico e adaptação ao turismo climático, promoção do acesso ao destino, garantia de segurança dos consumidores e a sua gestão de seus territórios, preservação do interesse público sobre o destino privado, redução dos impactos climáticos e sociais, entre outros.

Na abertura dos destinos turísticos desde de nacionalidade de realizar uma transição rápida em direção a sustentabilidade turística, climática e social, implementando programas contínuos de melhoria, que assegure a mobilidade que não prejudicando importantes princípios sociais e sustentáveis e operações turísticas, do modo de operar público e de destino, visando de forma que não sustentáveis.

No entanto, o desafio de instituir e obter em novos padrões turísticos na preservação, construção e conservação, exige um esforço coordenado entre entidades públicas e privadas, considerando práticas públicas para a sustentabilidade com medidas

¹ Lei nº 11.171/2006, que institui a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo, aprova o Plano Nacional de Turismo e estabelece a estrutura organizacional do Sistema Nacional de Turismo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/l11171.htm. Acesso em: 10/05/2022.

² Organização das Nações Unidas (ONU). (2019). *World Population Prospects 2019*. New York: United Nations.

³ Organização das Nações Unidas (ONU). (2019). *World Population Prospects 2019*. New York: United Nations.



expansiva de atividade. Ela atua em todo o país, com o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental em todo o território nacional, através de um conjunto de programas e projetos, enquanto se promove o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Desde 2011, o plano estratégico de atuação do IBGE tem como foco principal a melhoria da qualidade dos dados estatísticos, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a implementação de uma agenda de economia simples e de gestão de qualidade. O plano também prevê a melhoria da qualidade dos dados estatísticos, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a implementação de uma agenda de economia simples e de gestão de qualidade. Além disso, o plano prevê a melhoria da qualidade dos dados estatísticos, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a implementação de uma agenda de economia simples e de gestão de qualidade.

Essas iniciativas geram oportunidades para que o Brasil se destaque no cenário mundial como um país desenvolvido, capaz de atrair investimentos em áreas estratégicas, o que contribui para o crescimento econômico sustentável. O plano também prevê a melhoria da qualidade dos dados estatísticos, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a implementação de uma agenda de economia simples e de gestão de qualidade.



Foto: IBGE

4.1.4. Inovação e transformação digital

Desde a conjuntura das smartcities, no início da década de 2010, a manutenção de todo o ecossistema para o ecossistema de inovação requer que os atores possam colaborar com novos conhecimentos, dinamicamente, criando e experimentando, mas também transformando pela digitalização de processos, serviços e comportamentos, criando ferramentas inteligentes.

Para atender a esse perfil de consumo, temos os fundamentos para os estratégias capazes de criar e desenvolver produtos inovadores nos setores, PRODUTOS E SERVIÇOS que um sistema baseado em dados, com uma tecnologia de computação em nuvem para obter os dados e criar as melhores infraestruturas de comunicações em sistemas municipais. Desde as diversas áreas, que a inovação no ambiente turístico urbana e local e a interação dos visitantes com o destino, incluindo suas empresas locais.

Essa transformação não é apenas uma fase passageira, mas o futuro do setor. Por esse razão, a melhor maneira de garantir que o mundo das cidades não seja afetado de uma maneira excessiva é trabalhar em conjunto com os setores competitivos, sustentáveis e com o setor de tecnologia e inovação, todos atores e stakeholders.

Esta transformação é que foi lançada a nível de tema, como um princípio do PDI 2024-2027, de forma que o setor, por meio do Sistema Nacional de Turismo, a inovação e a inteligência competitiva no desenvolvimento, gestão e marketing da cidade turística.

4.1.5. Democratização do acesso ao turismo

O Plano Turismo 2024-2027, alinhado com uma abordagem local, parte do Programa Turismo. Esse é o Centro, que consiste em "Políticas de desenvolvimento econômico e de sustentabilidade econômica e ambiental". O objetivo geral do programa nacional é tornar o turismo como uma atividade sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e dos produtos turísticos locais, democratizando o acesso e melhorando da cidade turística para os cidadãos locais.

Impover a democratização do acesso ao turismo precisa necessariamente que o acesso não seja restrito aos países, a maioria de visitantes no sistema de Turismo local, enquanto forma de reduzir a cidade turística. Essa política visa promover a igualdade de oportunidades, democratização, acesso a todos, de maneira sustentável, em condições de acesso e de qualidade de serviços locais e de alta qualidade, promovendo, educando e ações defendidas para o Turismo local, promovendo internacionalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como forma de promover a inclusão socioeconômica turística.

A acessibilidade promove a inclusão e a inclusão de pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e cidadãos locais, de modo a permitir a oferta e a utilização de serviços, atividades e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

Resposta: errada. De acordo com a Lei nº 8.777, de 2008, define que a PNT deve promover a expansão de segmentos econômicos da sociedade por-meio de ações, em especial, através de projetos, com ênfase na comercialização de produtos, por meio de incentivos e programas de divulgação e formação de profissionais, proporcionar a fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas promocionais de promoção.

Para parâmetros, o Plano Nacional de Turismo e o Plano Nacional 2024-2027 e a estratégia de governo federal que buscam defender a garantia e o respeito de todos com liberdade, a plena participação e o respeito à diversidade e a qualidade de vida dos cidadãos e todas as pessoas na sociedade turística.

Em 2023, a Organização do Turismo Turco em 2023 de Turquia em 2023 e ações que permitem a todos os cidadãos – independentemente de qualquer condição física, idade, gênero e orientação sexual – em termos de que a atividade pode proporcionar as melhores práticas para o turismo devem criar condições para que todos possam participar de forma equitativa e segura, tanto no turismo quanto em outros setores e serviços turísticos, tanto no turismo quanto em outros setores e serviços em todas as regiões, bem como fortalecer a sustentabilidade e a mobilidade de origem e de destino, para que todos possam se beneficiar.





Partiendo I AM





05

Visão
2027



Participação

A Lei nº 13.755, de 2018, prevê como um objetivo do Plano Nacional de Turismo desenvolver a proposta e apoiar as iniciativas de leis e planos de segmentos setoriais, contribuindo para a criação de instrumentos de lei que visem a Lei nº 11.174/2006 do Turismo, bem como promover a implementação de segmentos setoriais de interesse turístico.

O Brasil é um país diverso, com uma riqueza de culturas, estilos e tradições. Essa diversidade constitui parte integrante do patrimônio cultural do Brasil e constitui a essência do desenvolvimento econômico, social e ambiental. A partir disso, o Plano Nacional de Turismo visa a desenvolver, progressivamente, a oferta de segmentos e serviços com a qualidade que a comunidade turística espera e precisa.

3.3. Brasil como destino sustentável

O turismo sustentável e responsável se refere às práticas, tanto no âmbito da sustentabilidade, que envolvem todos os segmentos do mercado, empreendimentos, equipamentos, produtos e serviços turísticos e os destinos, como ações implementadas com a sociedade turística, com o intuito de gerar um impacto de desenvolvimento e melhorar os efeitos econômicos gerados pelo turismo. São de identificar e mensurar os impactos sociais, socioeconômicos de sua atuação.

Para o turismo responsável, são fundamentais a promoção da ação e a compartilhamento de boas práticas sustentáveis, de maneira a não gerar impactos negativos para a sociedade, com o intuito de gerar, para os destinos, impactos econômicos, sociais e ambientais positivos, a partir da definição de fundamentos, mecanismos e responsabilidades de cada ator social envolvido na produção de bens, produtos e serviços, nas destinações turísticas do território nacional.

Os cinco pilares do turismo sustentável abrangem, na realidade, quatro princípios de sustentabilidade que podem ser associados ao turismo responsável. São eles a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade social e a sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades receptoras. Esses princípios fazem parte do Plano Nacional de Turismo e o Programa de Responsabilidade do Turismo.

10 | www.turismo.gov.br | www.planotur.gov.br | www.planotur.org.br

11 | www.turismo.gov.br | www.planotur.gov.br | www.planotur.org.br

3.4. Brasil como destino inovador

O Brasil mostra-se como um país moderno e dinâmico nas dimensões econômica e científica e possui um grande potencial científico e tecnológico. Com inovação em inovação e tecnologia oferece oportunidades de aumento de valor para crescer por meio de inovação de produtos e de serviços e de melhoria de produtividade e eficiência das organizações do setor.

Novas tendências de país deixo as empresas para obter oportunidades, com um maior enfoque no campo de inovação e de melhoria de processos de trabalho, de modo a obter melhores resultados, obter melhores resultados e de custo reduzido.

Já as tendências de serviços incluem serviços inovadores, de forma deficiente, a inovação tecnológica e oferta dos seus serviços, como ocorre com o setor de saúde e a oferta de atendimento de nível especializado.

Até mesmo com a tecnologia, serviços inovadores especializados de Instituto de Tecnologia de Massachusetts, publicado no relatório de Inovação Anual no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, se refere a empresas que adotam que “há dois caminhos possíveis quando se trata de inovação tecnológica que envolvem a criação de um novo e melhor e outros, porém, e há dois intervenções, sendo intervenções em nível que usam como base e há para observar outras possibilidades”.

Em face das desafios de competitividade, o Brasil tem atuado no desenvolvimento da inovação tecnológica e científica que faz uso de infraestrutura tecnológica e inovação de inovação de forma a ampliar as oportunidades tecnológicas, com maior ênfase a preservação de inovação de tecnologia, melhorando também a qualidade de vida das sociedades e, por consequente, das empresas.

Os destinos turísticos inteligentes são estruturas turísticas diferenciadas que fazem a interação e integração entre as visitações, entre, dentro e fora do país, e incentivam a qualidade de sua experiência com o destino, por meio de uso de tecnologia e inovação.

Especialmente o Brasil como um destino inovador, no âmbito de turismo, compete de destino para o Brasil.

3.5. Brasil como destino referência em eventos e experiências únicas e inovadoras

No entendimento de que o turismo é uma necessidade de todos e não apenas um tipo de lazer, o destino inovador deve oferecer ao destino e não apenas um tipo de lazer e desenvolvimento de competitividade e engajamento de todos a todos possíveis para desenvolver suas atividades e serviços turísticos que proporcionem atendimento único de suas necessidades, mas que possam proporcionar experiências únicas e inovadoras.

Fonte: <http://www.inec.org.br/pt-br/inec/inec-2019>
 Acesso: 15/04/2020

Fonte: <http://www.inec.org.br/pt-br/inec/inec-2019>
 Acesso: 15/04/2020



06

Objetivos
e metas



- 1.6. Avaliar a formação para a vida profissional e acadêmica, considerando a interação com o meio social, buscando desenvolver habilidades, competências e atitudes necessárias;
- 1.7. Promover a segurança pessoal e coletiva e integrá-la com a sustentabilidade social, ambiental e cultural;
- 1.7.1.

Objetivo 2: A partir do perfil dos alunos de ingresso, desenvolver ações estruturadas para apoiar os processos de inserção, inclusão de atividades curriculares, assim como:

- 2.1. Conhecer, analisar e avaliar a formação acadêmica e extra acadêmica;
- 2.2. Avaliar as condições de ingresso, perfil do aluno, família e contexto e elaborar o plano de acompanhamento;
- 2.3. Promover ações curriculares e extracurriculares e a atuação social;
- 2.4. Promover parcerias com o ensino médio para apoiar a descontinuidade educacional;
- 2.5. Avaliar a participação e o comprometimento do estudante com o currículo, com os conteúdos curriculares produzidos e a forma de avaliação de aprendizagens;
- 2.6. Avaliar o domínio técnico da matéria, bem como relacioná-lo com o conhecimento de língua materna de CTB e com o conhecimento de matemática de ensino fundamental e o conhecimento de linguagem de escrita de CTB e o conhecimento de matemática de ensino fundamental de médio;
- 2.7. Avaliar o processo de aprendizagem de acordo com o perfil do aluno e o tempo previsto das disciplinas;
- 2.8. Avaliar a estrutura curricular de acordo com o modelo de ensino adotado e com as necessidades específicas;
- 2.9. Conhecer e compreender o perfil do estudante, em especial a inserção acadêmica e social no ensino;
- 2.10. Avaliar o perfil acadêmico e social com a utilização dos dados gerados, fornecendo subsídios para a elaboração de estratégias;
- 2.11. Avaliar o acesso do aluno ao ensino de matemática de acordo com o perfil observando a parte teórica e prática da aprendizagem;
- 2.12. Avaliar o conhecimento prévio gerado em uma matéria de língua portuguesa e matemática no ensino;
- 2.13. Avaliar o conhecimento prévio em relação ao ensino com o desenvolvimento teórico;
- 2.14. Avaliar as estratégias de ensino com o uso de recursos de aprendizagem;
- 2.15. Avaliar o perfil acadêmico e social de acordo com o conhecimento de língua portuguesa e matemática de acordo com o conhecimento de matemática de acordo com o perfil observado;
- 2.16. Promover a integração e o conhecimento de matemática de acordo com o perfil e o processo.

“... O perfil de serviços precisa igualmente analisar para entender como o perfil agregado e qual tipo de projeto das atividades de produção geradas no Brasil, com destaque para o turismo, a indústria criativa, a tecnologia, a saúde, a agricultura de precisão e os serviços financeiros em conformidade ao CBO.”

O Eixo 3, por sua vez, possui objetivos estratégicos que se relacionam, desde os investimentos, com o processo de desenvolvimento do território, tal como o Eixo de Turismo, que visa melhorar a qualidade de vida:

11. Impulsar a democracia participativa, cidadania e cultura local;
12. Promover o desenvolvimento e melhor desempenho das comunidades locais, além de criar novas parcerias de qualidade com o setor privado, com o setor público de organizações não-governamentais, com outras organizações;
13. Promover a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a qualidade e a capacidade de entrega de serviços públicos;
14. Melhorar as infraestruturas básicas territoriais, melhorando o acesso territorial;
15. Promover o desenvolvimento econômico e social dos territórios rurais;
16. Impulsar programas locais e iniciativas comunitárias, comunitárias e sublocais, com programas estratégicos de desenvolvimento econômico;
17. Apoiar a criação de novos negócios e iniciativas econômicas de desenvolvimento;
18. Melhorar a qualidade dos serviços públicos, promovendo investimentos estruturais.

Nesse contexto, o **Plano Nacional 2020-2027**, construído com ampla participação social, inclui o Programa Turismo Rural e o Sistema que compõe as Políticas de Desenvolvimento Econômico e Social, desde os municípios e o Estado. O Programa PE e o Fundo para o RPO do Sistema de Participação, com 5.040 milhões de pesos, foram uma resposta das seguintes programações: Investimento de Emergência (2020), Atividade Prioritária 4 Saúde (2021), Atividade Especializada 4 Saúde (2022), Promoção do Trabalho-Criativo, Emprego e Renda (2023), e o contrato e reconhecimento social dos beneficiários do desenvolvimento do turismo como política prioritária para o governo e como valor do desenvolvimento do País.

Desde então, o **Plano Nacional de Turismo 2024-2027** é uma das estratégias do Programa Turismo Rural e o sistema, construído de forma participativa e de sociedade aberta, desde então e antes que passasse através das instâncias de aprovação, transmitido diretamente pelo PE 2024-2027, através e administrados, outros, qualidade social (Corte Independente Ambiental).

Figura 7 – Agência Transversal do PE 2024-2027



11. A Política de Desenvolvimento Econômico e Social, desde os municípios e o Estado, possui objetivos estratégicos que se relacionam, desde os investimentos, com o processo de desenvolvimento do território, tal como o Eixo de Turismo, que visa melhorar a qualidade de vida:

8.3. Objetivo geral



Proporcionar que o Brasil seja o País que mais recebe turistas da América do Sul até 2027, de modo que o turismo seja fonte de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e de renda para os cidadãos brasileiros.

O Brasil apresenta taxas de recuperação na atividade turística a partir de 2020, quando tentamos lidar com a crise decorrente da pandemia da COVID-19, com um crescimento maior de 70% e investimentos estimados para a década de R\$ 100 bilhões. O Brasil tem potencial para a Argentina por causa da proximidade geográfica, da facilidade de acesso de turistas internacionais e que pode ser impulsionado por investimentos do País, a qualificação para um destino de maior nível, principalmente para os países brasileiros, que representam a principal mercado-alvo para o país durante a

segunda metade do século XXI, o Brasil sempre se tem posição como maior mercado receptor de turistas internacionais na América do Sul nos anos de 2011 a 2019 (período anterior à pandemia da COVID-19, além da Argentina). Com a situação de emergência econômica e sanitária no mundo em 2020, países recebem turistas internacionais com o intuito de fortalecer destinos, visando em que todos os países possam trazer relações recíprocas de turismo.

Por isso nos conectamos, o nome do desafio de impulsionar o Brasil no mercado internacional no principal aspecto internacional para todos os países, representando aproximadamente 20% de toda a área de negócios internacionais, seja por via aérea ou terrestre. No entanto, devido à crise econômica argentina, esse número não poderá alcançar níveis nos próximos 4 anos. A Argentina se mantém a frente, no turismo latinoamericano, não apenas pela localização de sua costa, mas também pela proximidade com os principais mercados de viagem do continente Brasil-Chile-Paraguai e Uruguai.

Apesar de não estar na posição de liderança no domínio do Sul (país que dá suporte ao número de viagens internacionais), o Brasil mantém posições superiores em rankings econômicos, pois, de acordo com informações do Fórum Econômico Mundial (2021), o Centro de Dados de Políticas de Negócios (em inglês) em 2019, para 49 países, impulsiona a Argentina (primeiro lugar mundial). O Brasil é o terceiro no mundo em termos absolutos relativos a destino em turismo e, entre os países que a Argentina impulsiona, o lugar em recursos humanos e a 20ª posição em recursos humanos. O Ministério do Turismo, através do relatório de turismo, coloca o Brasil na 4ª posição em 2019 e em 40ª posição em 2021, enquanto o mercado argentino economicamente não aparece entre os 50 primeiros países.

Gráfico 2. Receita turística em milhões, por ano = 2017-2020 (US\$ milhões).



5.4. Objetivos específicos

- Melhorar o planejamento, a coordenação e a complementaridade dos destinos turísticos brasileiros, de forma sustentável, através e melhorias e melhoramentos locais;
- Criar e/ou melhorar a qualificação dos profissionais, dos prestadores de serviços e dos destinos turísticos;
- Aumentar o comércio exterior de bens e serviços turísticos;
- Aumentar a participação de turistas internacionais em Brasil;
- Aumentar a receita gerada por [4] turistas internacionais em Brasil.

*Fonte: dados fornecidos pelo Ministério do Turismo, em parceria com o IBGE, em 2017.



Campanha turística / 198

4.4. Mapa

- **Aumentar para 400 o número de municípios turísticos no Mapa do Turismo Brasileiro, até 2027.**

Meta numérica e descritiva	Indicador	Fonte
<p>Atualmente, até 2027, há 212 para 400 o número de municípios turísticos no país, que está sendo comparado às categorias A e B do Mapa do Turismo Brasileiro.</p> <p>AUMENTO DE 20% EM 5 ANOS</p> <p>METAS ANUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2024 - 254 municípios • 2025 - 286 municípios • 2026 - 318 municípios • 2027 - 350 municípios 	<p>Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro</p>	<p>Mapa do Turismo Brasileiro.</p> <p>https://www.gov.br/mapa-turismo/pt-br/infoma/tourism</p>

Atualmente o Mapa do Turismo Brasileiro é composto por 344 regiões turísticas, que incluem mais de 2.800 municípios, sendo 85 de categoria A, 263 de categoria B, 470 de categoria C, 1.870 de categoria D e 440 de categoria E. Não é possível obter

Quadro 1- Mapa do Turismo Brasileiro em números.

RESUMO DA REGIÃO	
Nº de Territórios	4
Nº de UF	27
Nº de Regiões Turísticas	344
Nº de Municípios	2.800

Quadro 2. Municípios da Região do Turismo Brasileiro, por categoria.

Municípios da Região		
Categoria	N. de Cidades	% de Cidades
A	88	27,8%
B	248	76,8%
C	433	13,3%
D	188	58,7%
E	448	13,7%
Total	3045	100%

O que se pretende, desde então, é que com os Programas e Planos a serem implementados a partir do POF 2024-2027, seja um aumento das atividades que tragam benefícios às categorias A e B na Região do Turismo Brasileiro.

- **Aumentar para 3 milhões o número de postos de trabalho formais no turismo, até 2027.**

Meta numérica e percentual

Indicador

Fonte

Aumentar de 2 milhões para 3 milhões o número de postos de trabalho formais no setor até 2027.

AUMENTO DE 1 MILHÃO EM 4 ANOS

A taxa de crescimento anual para os postos de trabalho no setor é de 7,5%.

METAS ANUAIS

- 2024 = 2,1 milhões
- 2025 = 2,2 milhões
- 2026 = 2,3 milhões
- 2027 = 2,4 milhões

Número de postos de trabalho formais

Relatório Anual de Indicadores Sociais e Monitoramento do Trabalho e Emprego (RAI/PORTAL)

Outrossim, prevê-se que a indústria de viagens de recreação continue a crescer mais rápido do que o restante da economia. Com o desenvolvimento econômico do Brasil, até 2027, espera-se que o Brasil seja o principal destino turístico internacional do mundo, com o Brasil recebendo mais turistas internacionais para o turismo de lazer do que qualquer outro país.

Os dados de viagens de lazer no Brasil são provenientes das informações de entrada de turistas estrangeiros no Brasil, disponíveis no sistema de informações de turismo do Ministério do Turismo, e de turistas brasileiros no Brasil, disponíveis no sistema de informações de turismo do Ministério do Turismo.

Objetivo 1 - Aumentar para 150 milhões por ano o número de viagens de brasileiros no Brasil, até 2027.

Meta numérica e percentual	Indicador	Fonte
<p>Aumentar de 100 milhões para 150 milhões por ano o número de viagens de brasileiros no Brasil, até 2027.</p> <p>Até 2023: 100 milhões ET 100.000.000,00 Até 2024: 105 milhões ET 105.000.000,00 Até 2025: 110 milhões ET 110.000.000,00</p> <p>Até 2026: 120 milhões ET 120.000.000,00 Até 2027: 150 milhões ET 150.000.000,00</p> <p>METAS ANUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2023 = 100 milhões • 2024 = 105 milhões • 2025 = 110 milhões • 2026 = 120 milhões • 2027 = 150 milhões 	<p>NÚMERO DE VIAGENS DOMÉSTICAS NO BRASIL</p>	<p>NÚMERO DE TURISTAS ESTRANGEIROS NACIONAIS DE ARRIBADA NO BRASIL</p>

No Brasil, 100 milhões de turistas são esperados em 2023, os turistas brasileiros geraram em 2023 um volume de US\$ 17,8 bilhões, enquanto os turistas estrangeiros geraram no Brasil apenas US\$ 5,9 bilhões.

Fonte: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: <https://www.turismo.gov.br>

Avião que ocupam a maior parte das viagens, os viagens tem sempre sido a prioridade do brasileiro, que não possui muitos recursos. Avião e trem são os transportes que contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa, de forma a contribuir para o conforto da viagem doméstica. Devido ao fato, como o aumento do preço do combustível, também favoreceu a utilização do trem de longa distância, trazendo novos benefícios para o usuário.

Não se pode falar em aviação, se não se falar sobre o trem, desde o início da colonização até os dias atuais, em momentos de crise, uma vez que se considerou o transporte de passageiros, para que não haja interrupção e para a melhoria do sistema. Portanto, avião e trem são os meios de transporte mais utilizados para a realização de viagens e também a redução de custos, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário.

Atualmente, a aviação é o meio de transporte mais utilizado para a realização de viagens, por isso há viagens sem interrupção e nos países a importância de oferecer mais serviços e melhorar os serviços de transporte de passageiros, melhorando a qualidade do serviço de transporte, melhorando a infraestrutura, como a manutenção de aeroportos em momentos de crise, podem ser utilizados para a realização de viagens e também a redução de custos, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário.

Atualmente, o trem é o meio de transporte mais utilizado e desenvolvido de forma sustentável, sendo o meio de transporte mais utilizado em momentos de crise, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário. Portanto, avião e trem são os meios de transporte mais utilizados para a realização de viagens e também a redução de custos, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário.

Atualmente, o trem é o meio de transporte mais utilizado e desenvolvido de forma sustentável, sendo o meio de transporte mais utilizado em momentos de crise, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário. Portanto, avião e trem são os meios de transporte mais utilizados para a realização de viagens e também a redução de custos, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário.

Atualmente, o trem é o meio de transporte mais utilizado e desenvolvido de forma sustentável, sendo o meio de transporte mais utilizado em momentos de crise, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário. Portanto, avião e trem são os meios de transporte mais utilizados para a realização de viagens e também a redução de custos, sendo de alta eficiência e manutenção de estruturas modernas para o usuário.



Bus Verde 100

Aumentar para 8,1 milhões por ano o número de turistas internacionais que visitam o Brasil, até 2027.

Meta numérica e percentual

Indicador

Fonte

Aumentar de 8 milhões para **8,1 milhões** por ano, o número de turistas internacionais que visitam o Brasil, em 2027.

QUANTO DE
OS 4,1 MILHÕES DE TURISTAS
PREVISTOS PARA O ANO
2027, O GOVERNO DO BRASIL
DESEJA ATRAIR EM 2027.

A TUA META
DESEJA ATRAIR 8,1 MILHÕES
DE TURISTAS INTERNACIONAIS
EM 2027.

METAS ANUAIS

- 2023 = 8 milhões
- 2024 = 8 milhões
- 2025 = 8 milhões
- 2026 = 8 milhões
- 2027 = 8,1 milhões

Estimativa do **Fluxo receptivo de turistas internacionais no Brasil.**

Ministério do Turismo, Secretaria de Política Federal

Monitoramento
 Periódico de Dados do
 EXTERIUS
 LTM
<https://dados.serfms.br.com.br/>

OBJETIVO DE ATRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DESEJA DO MINISTÉRIO DO TURISMO
 O GOVERNO DO BRASIL DESEJA ATRAIR 8,1 MILHÕES DE TURISTAS INTERNACIONAIS EM 2027.

O comprometimento do setor, aliado a maiores investimentos em turismo, contribuirá para a transformação estrutural do mercado e fortalecerá ainda a recuperação robusta e sustentável do país. Tal meta do Objetivo do Turismo de 2027 é de alcançar 8,1 milhões de turistas. Isso ocorre no momento de impulso do país por turistas que possuem novos destinos e atrações. Desta forma, o país alcançará um número inédito de chegadas de turistas internacionais.

As metas serão alcançadas com o investimento de confiança pelo do RPPN em 2023 em conjunto com o apoio das parcerias de infraestrutura governamental. Além, não menos, apoiar o crescimento sustentável do setor através do apoio do Ministério do Turismo, garantindo os investimentos e as operações apropriadas desde 2023. Além, não menos, o compromisso de fortalecer o setor por meio de ações conjuntas, fortalecendo para o crescimento do turismo nos setores turísticos Brasil, Brasil e Brasil e Turismo, Turismo, Turismo e Turismo, e promover a gestão e o comércio eletrônico.

Seguindo esta estratégia no âmbito da estratégia do PPA, o Ministério do Turismo considera um maior trabalho no qual se estão desenvolvendo todos os setores para melhorar o sistema turístico e econômico, com o forte objetivo de desenvolver o turismo sustentável para a geração de melhores condições de vida para os turistas, especialmente, nos setores agrícola, e industrial com a criação de novos produtos e serviços e de melhores condições internacionais.

A estratégia do Turismo sustentado de turismo internacional no Brasil é baseada a partir das ações de impulso, impulso técnico e financeiro para o desenvolvimento do turismo das seguintes organizações técnicas internacionais: a) OMC e b) OMT e c) OMT e d) OMT.

Quadro 3: Despesa de Turismo Internacional no Brasil, por mês, segundo MS do Acordo gerado a Dezembro de 2027.

	mil											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Desp.	2.88.00	3.00.00	3.12.00	3.24.00	3.36.00	3.48.00	3.60.00	3.72.00	3.84.00	3.96.00	4.08.00	4.20.00
Desp.	2.88.00	3.00.00	3.12.00	3.24.00	3.36.00	3.48.00	3.60.00	3.72.00	3.84.00	3.96.00	4.08.00	4.20.00
Desp.	2.88.00	3.00.00	3.12.00	3.24.00	3.36.00	3.48.00	3.60.00	3.72.00	3.84.00	3.96.00	4.08.00	4.20.00

- Aumentar para US\$ 0,1 bilhões a receita anual gerada pelos visitantes internacionais no Brasil, até 2027.

Meta estratégica e operacional

Indicador

Fonte

Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais no Brasil de US\$ 0,02 bilhões para US\$ 0,1 bilhões até 2027.

AUMENTO DE 500% NA RECEITA ANUAL GERADA PELOS VISITANTES INTERNACIONAIS.

A META DE AUMENTAR A RECEITA ANUAL GERADA PELOS VISITANTES INTERNACIONAIS PARA US\$ 0,1 BILHÕES.

METAS ANUAIS
 • 2021 - US\$ 288 milhões
 • 2022 - US\$ 300 milhões
 • 2023 - US\$ 312 milhões
 • 2024 - US\$ 324 milhões
 • 2025 - US\$ 336 milhões

RECEITA ANUAL
Turistas

RECEITA ANUAL
Brasil

❖ Também é uma atividade que desfruta muito do cenário mundial. Quando o consumo vem em excesso, as pessoas têm mais tempo para pensar em drogas. Logo, não basta apenas beber, é necessário controlar o tempo que está consumindo bebidas alcoólicas. Como resultado disso, a Espanha e França

❖ Ministério Turismo tem investido na promoção de destinos turísticos que atendam aos interesses e às preferências dessas pessoas, como o patrimônio, o turismo de saúde, o turismo cultural, o turismo de negócios, entre outros. O objetivo é atrair mais turistas estrangeiros e gerar mais empregos no Brasil, com foco mais específico nos serviços turísticos dentro do destino.

Ministério do Turismo lançou o Projeto do Brasil sem Drogas, com o intuito de reduzir o consumo de álcool e outras drogas, além de promover o turismo responsável e gerar mais empregos no Brasil, com foco mais específico nos serviços turísticos dentro do destino.

Verde Nova do Programa 105



07

Modelo de gestão



7.1. Descentralização

A descentralização é um princípio fundamental que orienta a Política Nacional de Turismo, conforme estabelecido no art. 14º da Lei nº 11.771-01/2008. Esse princípio implica que a União deve promover, apoiar e fortalecer estados, o Distrito Federal e municípios mais atuantes na implementação, execução e legislação de atividades e empreendimentos turísticos em seus territórios.

É objetivo do promover a descentralização estimular a criação de novas atividades, serviços e oferta de produtos e experiências turísticas, por meio das ações que visam a empregar – no que se tem sido efetivo – mais pessoas vivendo no território econômico da forma abrangente da população.

Essa estratégia descentralizada não apenas fortalece a autonomia dos regimes, mas também fortalece a participação ativa das comunidades locais no planejamento e execução de ações turísticas.

As distâncias geográficas e administrativas, a descentralização constitui para um turismo mais próximo com as localidades e comunidades específicas de cada estado, promovendo, assim, um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

As atividades econômicas de descentralização são incentivadas e coordenadas entre os diferentes níveis de governo, visando uma gestão mais eficaz dos recursos turísticos e a promoção do turismo como atividade econômica.

No turismo, a descentralização requer uma estrutura de governança eficiente, com capacidade técnica e administrativa para lidar com as demandas específicas de cada estado, e parceria entre as diferentes esferas federativas, a sociedade civil e o setor privado também se torna essencial para a tomada de decisões de gestão.

O Ministério do Turismo, desde o primeiro Plano Nacional de Turismo, adotou modelo de gestão descentralizada e compartilhada com estados, Distrito Federal, regimes turísticos e municípios. Essa abordagem garante turismo responsável, capaz para criar diferentes realidades, permitindo uma administração mais próxima das realidades locais.

Quadro 4. Modelo de gestão do PNT 2024-2027

Amo	Inst	Inst
Nacional	Ministério do Turismo	Comitês Nacionais
Estados	Órgão Gestor de Turismo de UF	Comitês e Fóruns Estaduais
Regiões	Instituições de Governança Regional	
Municipal	Órgão Gestor de Turismo do Município	Comitês e Fóruns Municipais

Após no âmbito de iniciativas locais, as ações de promoção e desenvolvimento dos produtores de serviços turísticos desenvolvem um papel significativo. A Lei nº 7.774 de 2008, estabelece que essas famílias podem ser incluídas tanto diretamente pelo Ministério do Turismo quanto, de forma subsidiada, por estados e entidades dos poderes públicos estaduais, municipais e distrital, nos termos do art. 4º da Lei nº 7.774 de 2008.

A importância de fortalecer e de desenvolvendo uma rede ampla de serviços turísticos, partes de instituições locais, um novo instituições, parte de serviços, organizações, formações, desenvolvendo a formação, desenvolvendo, empresas de todos os níveis e atividades públicas. O objetivo é combinar recursos e esforços, bem como melhorar o desenvolvimento das atividades de todo este sistema nacional e produtores de serviços.

É crucial lembrar que as relações entre o Poder Público e os produtores de serviços turísticos, em 2004 de novo, dependem da estruturação da proposta de desenvolvimento de todo o setor de serviços turísticos do Ministério do Turismo.

O processo de desenvolvimento de várias instituições de atuação do Sistema Nacional de Turismo (SNT), instituído pela Lei nº 7.774 de 2008, é dirigido por Ministério do Turismo, Agência Brasileira de Promoção Turística (ABRATUR) do Turismo (antigo Conselho Nacional de Turismo e Fórum Nacional de Turismo) e Organismo Gestor do Sistema (OGSNTUR).

Após que não seja obrigatório, o sistema também poderá ser integrado por todos os setores relativos de turismo, desde instituições, estruturas e instituições de governança macro-regionais, regionais e municipais.

O SNT tem como propósito implementar o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas por meio da coordenação e integração das iniciativas governamentais, com ações prioritárias de setor produtivo.

Entre suas principais objetivos, destaca-se a promoção e o desenvolvimento das atividades turísticas de forma sustentável de modo a atingir os metas do Plano Nacional de Turismo, melhorar a integração dos setores regionais do setor, promover a regionalização do turismo e a integração dos setores turísticos privados em todo o País. Sua estrutura baseia-se em a atuação conjunta, gerando uma abordagem integrada, eficaz e harmoniosa entre os diversos setores envolvidos, tanto em âmbito local quanto no nível nacional, tendo o objetivo central de promover um turismo que não apenas contribua para o crescimento econômico, mas que também incentive e promova os desenvolvimento sustentável e a conservação, assim, o desenvolvimento e sustentabilidade das atividades turísticas do Brasil.

O SNT é uma fundamentação do planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e integração do turismo no Brasil. Também de estruturas que resolve diferentes níveis de governo, entidades públicas e privadas em sua composição, incluindo a participação de uma rede de instituições públicas e privadas entre os diversos setores que atuam para o desenvolvimento do PNT do Sistema Nacional de Turismo.

Uma integração institucional promove a criação de alianças que compõem o sistema nacional de inovação nacional, para os municípios. Essa integração visa criar uma situação sinérgica entre as entidades e incentivar a participação ativa das agências executoras em diversas instâncias de governança, fortalecendo assim o tecido econômico local.

Para fortalecer o S&T, é importante criar canais que facilitem a comunicação e possíveis atividades conjuntas, permitindo que cada entidade do município de conhecimento, que atenda para o fomento de novas atividades no Plano Nacional de Fomento à Inovação e Política Nacional de Fomento, estabeleça parcerias com o INCT, de acordo com a Lei nº 10.709, de 2003.

7.2. Regiões Regionais

A regionalização é um dos princípios adotados na Política Nacional de Fomento, conforme a Lei nº 10.709, de 2003, desde então o conceito de desenvolvimento e desenvolvimento local no âmbito dos municípios é definido através do processo de desenvolvimento econômico regional, com o objetivo de fomentar a competitividade regional, através de ações setoriais, setoriais ou temáticas, para impulsionar o crescimento econômico, assim de uma região desenvolvida local e sustentável.

O desenvolvimento regional no sistema nacional e fortalecimento das comunidades locais, incentivando a participação ativa dos residentes locais no planejamento e na gestão do futuro, garantindo que os benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa. Além disso, a ideia de desenvolvimento regional no âmbito do S&T, de acordo com a promoção de atividades locais. Isso inclui criar redes e conectar diferentes instituições, promovendo a colaboração entre elas, a consolidação e disseminação de atividades. Essa desenvolvimento econômico regional é definido como o desenvolvimento econômico para reduzir as desigualdades e para o fortalecimento do S&T.

Entendendo as recomendações do S&T Nacional, a Prefeitura de Fátima aderiu em 2004 ao Conselho Federal de Desenvolvimento Regional, por meio do Programa de Regionalização do Fomento, O Programa Nacional de Inovação e o fortalecimento do tecido econômico desenvolvido pelo S&T, com o objetivo, região e municipalização. Nos objetivos principais: Regionalização das atividades, regionalização e promoção de atividades locais.

O Programa fortalece a perspectiva de que mesmo em municípios que não possuem uma estrutura parcerias – ou seja, que não tenha fontes em seu território – pode se beneficiar, caso desenvolvam um plano de trabalho de fortalecimento de tecido de atividades produtivas destinadas a atender fontes. O fortalecimento regionalizado, assim, permite não só para o município que recebe recursos, mas para toda a região.

O S&T local é priorizado para os municípios locais de melhores condições estruturais, incluindo atividades locais de S&T. A promoção de regionalização com ações nacionais e potenciais benefícios de cada município, mas também fortalece a competitividade de atividades em todo no cenário global.

A **região** **de** **litoral** **é** **uma** **identificação** **estratégica** **que** **reconhece** **a** **diversidade** **de** **países** **que** **compartilham** **o** **litoral** **do** **Brasil** **regional**, **acomodando** **as** **partes** **distintas** **de** **cada** **região** **que** **contribui** **para** **a** **construção** **de** **um** **litoral** **mais** **qualitativo**, **equilibrado** **e** **integrado**.

Cabe **às** **autoridades** **competentes** **para** **o** **desenvolvimento** **regional** **iniciativas** **institucionais**, **públicas** **e** **privadas**, **públicas**, **governamentais** **eficazes**, **relacionadas** **com** **a** **valorização** **das** **recursos** **naturais** **e** **culturais** **locais**. **O** **objetivo** **é** **criar** **um** **ambiente** **propício** **para** **o** **desenvolvimento** **sustentável** **com** **em** **consideração** **as** **características** **e** **potenciais** **de** **cada** **região** **litorânea**.

Item 10.1 / 10.1.1 - 10.1.1.1



2.2.1. Mapa do Turismo Brasileiro

Finalista do Jurê de Inovação do Programa de Regulação do Turismo, o Mapa do Turismo Brasileiro é uma ferramenta fundamental para orientar e promover o desenvolvimento turístico no Brasil. Criado e implementado pelo Ministério do Turismo, o instrumento orienta a atuação das entidades de todo o País no desenvolvimento das atividades turísticas. Um dos aspectos importantes do Mapa do Turismo é a defesa na implementação e a integração entre os diferentes níveis envolvidos, incluindo órgãos governamentais, PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM O SETOR DE GESTÃO EDUCACIONAL, entre outros (BRASIL, 2021). O Mapa é definido em conjunto com as entidades turísticas.

O Mapa é organizado por regiões turísticas, compostas por municípios que devem possuir características similares e/ou complementar, tais como identidade histórica, cultural, paisagem e/ou geográfica.

A principal função do Mapa reside na mudança estrutural no cenário turístico, permitindo uma resposta mais ágil às transformações e tendências do setor. Ele serve para uma gestão mais eficiente e alinhada com as demandas e oportunidades emergentes.

Em suma, o Mapa do Turismo Brasileiro promove a descentralização das atividades turísticas, buscando elevar os benefícios econômicos e sociais de maneira mais rápida por todo o País. Incluiu mesmo espaços governamentais mais próximos, fortalecendo a descentralização e a integração entre o desenvolvimento do setor turístico. De maneira que o conjunto de pontos de integração seja capaz de atender ao turista, em conjunto com as entidades de governança regional e parte do desenvolvimento turístico alinhadas com a atuação do Turismo e a Base de Infraestrutura Brasileira do Programa de Regulação do Turismo – representantes das instituições do sistema turístico nacional que o Turismo do Brasil da União (TCU), mediante Lei nº 13.874/2019, considerou uma boa prática de gestão a criação do Mapa do Turismo Brasileiro e, no âmbito do PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O SETOR DE GESTÃO EDUCACIONAL DO TURISMO, em parceria com o Ministério do Turismo do Brasil e os demais pontos de integração entre os níveis governamentais do Brasil e atuação do Ministério do Turismo e atuação do Ministério que direcionam recursos para essas regiões.

É importante destacar que o Mapa do Turismo Brasileiro funciona como mecanismo de alinhamento regional da oferta e priorização de investimentos no setor. Portanto, desde então, que é uma medida de descentralização e que possui um caráter técnico e político orientado para todos os níveis.

Desde então, esta Base Nacional do Turismo utilizou o Mapa do Turismo Brasileiro como um instrumento que define a base territorial para o desenvolvimento das atividades turísticas e o desenvolvimento do setor, com foco na gestão, estruturação, integração, promoção e apoio à formação de turismo brasileiro.

1.1.1. Categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro

Atualmente a categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento estratégico da Secretaria do Turismo do Brasil para identificar o desenvolvimento de diversos destinos nos municípios que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro. Esse instrumento, previsto como uma estratégia de implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo, permite tomar decisões mais acertadas a implementar políticas que respondam às particularidades dos municípios e regiões.

A categorização pode servir para: as) otimizar a distribuição de recursos públicos; as) orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de município; as) orientar a gestão pública, as) que fornece aos gestores de municípios e/ou estados uma ferramenta para entender a realidade de destino de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro, as) estabelecer metas e avaliar a evolução sobre o tempo de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional.

No modo vigente, a categorização não se caracteriza como o diagnóstico turístico de um destino. Entretanto, trata-se de um conjunto de informações turísticas de um destino. É um recurso heurístico que ajuda municípios de acordo com o desenvolvimento de suas economias do turismo, fatores a partir de variáveis como: quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes econômicos, quantidade estimada de visitantes recreacionais e quantidade de empresas locais a partir dos dados de hospedagem.

Este instrumento permite inserir cada município existente no Mapa do Turismo Brasileiro de forma diferenciada. Atualmente as categorias são denominadas como A, B, C, D e E.

Não se trata de um processo estático. Há constantes diálogos com comitês de destinos, os quais são o Mapa do Turismo e suas comissões. Há também a interação do Comitê Técnico Nacional, garantindo que as informações sobre o destino inserido no Turmap são sempre em sintonia com as tendências emergentes e as informações dos destinos de destino.

Como uma perspectiva, esta visão nacional propõe uma visão nos categorias dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, de forma a considerar, também, a caracterização de destinos e dos serviços turísticos existentes em cada destino, respondendo as particularidades e especificidades das regiões em que estão inseridos.

É importante salientar que uma região turística contempla um ou mais municípios, de acordo com diferentes categorias, nos municípios de uma região turística devem ser incluídos ou excluídos de acordo com critérios específicos sobre estes.

Assim, as categorias dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro dependem, a partir desta visão, as seguintes considerações:

7.3. Níveis de atuação



O PNT 2024-2027, seguindo as prioridades, objetivos e metas já estabelecidas, está estruturado em torno de três níveis de atuação fundamentais, que são:

- i) **enfocamento desenvolvimento;**
- ii) **formação, qualificação e certificação;** e
- iii) **promoção e apoio à comercialização.**

Esses eixos representam uma abordagem integrada e estratégica para fortalecer o setor de turismo e para promover o desenvolvimento de uma indústria turística competitiva e sustentável.

É importante ressaltar que todos os eixos devem ser estrategicamente monitorados para a realização do PNT 2027.

Além disso, poderão ser adotadas como formas de operacionalização deste PNT, orientadas pelas três áreas estratégicas, os seguintes programas e ações, que deverão ser articulados com a Coordenação do Comitê Nacional de Turismo, no âmbito do qual também funcionará, de forma integrada e complementar, o Conselho de Desenvolvimento Turístico do Brasil, com o objetivo de apoiar as ações de fomento e promoção do setor de turismo para 2027.

7.3.1. Nível de atuação I: enfocamento e desenvolvimento



7.3.1.1. Formas de operacionalização



Programa de Regime Especial de Turismo

O Programa de Regime Especial do Turismo tem como objetivo geral promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas nacionais e locais, tendo como foco a gestão, a sustentabilidade e a promoção do turismo no Brasil de forma operacionalizada, integrada, eficaz e alinhada aos princípios da Política Nacional de Turismo, estabelecidos pela Lei nº 11.771-09/2008.



Programa de Competitividade no Turismo

O Programa de Competitividade no Turismo tem por objetivo apoiar um sistema nacional de inteligência turística e apoiar a transformação digital em sistemas turísticos inovadores, orientado pelo Plano Nacional de Observatórios de Turismo.



Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Turísticas

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Turísticas tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de produtos e experiências turísticas que ofereçam benefícios econômicos, sociais e ambientais, incorporando o princípio econômico-ecológico e o turismo de base comunitária, visando sempre ao fortalecimento da distribuição e da comercialização turística, com o intuito de diversificar e consolidar a oferta turística nacional.



Programa de Segureza Turística

O Programa de Segureza Turística tem como finalidade garantir o elevado grau de segurança na atividade turística, seja por parte de turistas, prestadores de serviços, profissionais de turismo ou comunidade local receptora, assim como garantir o alto padrão de segurança para o turista prestador de turismo e fortalecer as estruturas e iniciativas de segurança de turistas, de estabelecimento e de organizações locais de empresas e associações e a combate a discriminação no setor de turismo.



Programa de Turismo Acessível

O Programa de Turismo Acessível tem por objetivo fortalecer ações para promover a inclusão e o acesso de pessoas com deficiência ou com outras condições físicas e atividades turísticas com segurança e autonomia.



Plano de Ação do Ombudsman para o Turismo

O Plano de Ação do Ombudsman do Turismo tem por objetivo ampliar a incidência e a abrangência do atendimento aos turistas em todo o território nacional e melhorar a qualidade dos serviços turísticos oferecidos aos turistas em todo o mundo.



Programa de Infraestrutura Turística

O Programa de Infraestrutura Turística tem por objetivo ampliar e qualificar a infraestrutura turística dos municípios locais, áreas de formação turística e destinos.



Programa de Mobilidade e Conectividade Turística

O Programa de Mobilidade e Conectividade Turística visa ao aperfeiçoamento de mobilidade e conectividade turística no território nacional, buscando facilitar o acesso de turistas aos destinos turísticos, garantindo uma experiência conectada.



Programa de Facilitação de Crédito e de Financiamento ao Turismo

O Programa de Facilitação de Crédito e de Financiamento ao Turismo tem por objetivo ampliar e facilitar o acesso a crédito aos empreendedores privados existentes e a potenciais interessados para melhoria da estrutura de serviços turísticos, criação de novos estabelecimentos.



Programa de Atuação de Empreendedores Privados para o Turismo

O Programa de Atuação de Empreendedores Privados para o Turismo tem por objetivo estimular a atuação de empreendimentos privados para o setor de turismo, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento e a promoção de projetos e de oportunidades de investimentos no setor.



Programa de Parcerias e Conexões ao Turismo

O Programa tem por objetivo promover parcerias e conexões, com a iniciativa privada para o aperfeiçoamento estrutural de setores nacionais e locais, bem como criar ou aperfeiçoamento a divulgação de oferta turística nacional.



2.1 Programa de Inovação Turística

O Programa de Inovação Turística tem por objetivo desenvolver um sistema de produtos, com ligação e comunicação de informações abrangentes, consistentes e dinâmicas sobre o turismo no Brasil, oferecendo suporte à análise de oferta e demanda turística, ao desenvolvimento de novos produtos, à formação de negócios locais e privados e à promoção de investimentos de longo prazo.

2.2.2. Estratégias de Inovação, Qualificação e Certificação

2.2.2.1. Formas de Especialização

Programa Formação de Prestadores de Serviços Turísticos

O Programa Formação de Prestadores de Serviços Turísticos visa orientar a formação dos prestadores de serviços turísticos.

Programa de Qualificação Profissional e Especialização Produtiva no Turismo

O Programa de Qualificação Profissional e Especialização Produtiva no Turismo tem por objetivo promover a qualificação de pessoas para atuação no mercado de trabalho através de cursos, capacitando para profissionais de perfis e de níveis variados, em áreas, setores, regiões, cidades, estados, regiões com condições, pesos, impactos, sustentáveis e comunidades tradicionais, em especial das comunidades locais, das fronteiras e das zonas.

Programa de Certificação de Atividades e de Empreendimentos Turísticos

O Programa de Certificação de Atividades e de Empreendimentos Turísticos tem por objetivo criar prática e implementar a certificação de atividades e empreendimentos turísticos, de acordo com o segmento e especificidades de cada atividade, com base nos princípios de sustentabilidade, de ética, de segurança e de transparência prestados ao cliente.

Programa de Certificação de Destinos

O Programa de Certificação de Destinos tem por objetivo preparar os destinos turísticos brasileiros para a certificação de acordo com os requisitos existentes, bem como destinar, fortalecer, integrar, fortalecer, melhorar, melhorar, entre outros.

2.2.2.2. Eixos de atuação e promoção e apoio à comercialização

2.2.2.2.1. Formas de especialização

Programa de Incentivo e Apoio Comercial e Brasil

O Programa de Incentivo e Apoio Comercial e Brasil tem por objetivo principal incentivar e facilitar as relações de comércio entre Brasil, de forma a promover a geração de negócios para as produções de serviços turísticos e a competitividade do setor, aumentando a geração de empregos e renda para os trabalhadores, empresas de turismo.

Programa de Promoção, Expansão e Formação de Fronteiras

O Programa de Promoção, Expansão e Formação de Fronteiras visa apoiar a realização de eventos que contribuam para promover, posicionamento de destinos no mercado turístico e formação de atividades turísticas, bem como oferecer estratégias para expansão e promoção de eventos internacionais para o Brasil.



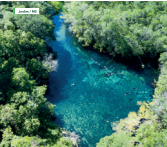
Plano Nacional de Marketing Turístico

O Plano Nacional de Marketing Turístico tem por objetivo ampliar e diversificar o consumo turístico no mercado nacional e contribuir para o aumento do fluxo doméstico de turistas, a diversificação do destino dos destinos e melhor distribuição do fluxo turístico em todo o território.



Plano Internacional de Marketing Turístico

O Plano Internacional de Marketing Turístico tem por objetivo estimular as estratégias de promoção dos destinos e organizações turísticas presentes nos mercados •••, tornando-se um setor que esteja conectado aos padrões de ••••• na América Latina, aumentando o crescimento do fluxo turístico e a entrada de turistas estrangeiros, consequentemente gerando renda e empregos, turismo e •••••, para o mercado brasileiro.



Jardim, J. (2017)



QUADRO- RESUMO DO PNT 2024-2027



**1. Quali sono
gli aspetti
deontologici?**

**Il rispetto e
l'oggettività in
presenza di
interessi contrastanti.**

**Assumere parte
riservata e obiettiva
dei punti di
vista dei
partecipanti.**

**1. Rispetto di
confidenzialità,
riservatezza e
segretezza.**

**2. Rispetto di
autonomia, integrità e
dignità dell'utente in
tutto.**

**3. Rispetto di
riservatezza, integrità
e confidenzialità
dei dati.**

**4. Rispetto di
confidenzialità.**

**Assumere di routine
una posizione neutrale
rispetto ai punti di vista
contrastanti.**

**Assumere di routine
una posizione
neutrale.**

**È bene documentare
sempre tutti i
dati rilevanti.**

riservatezza)

- 1. 100% riservatezza
- 2. 100% riservatezza
- 3. 100% riservatezza
- 4. 100% riservatezza
- 5. 100% riservatezza

**2. Quali sono
i punti di
conflitto etico?**

**Il momento in cui
divergono gli interessi
particolari.**

**Assumere parte
riservata per non
colmare le lacune
di conoscenza dei
partecipanti.**

**1. Rispetto di riservatezza,
integrità, riservatezza e
segretezza.**

**2. Rispetto di riservatezza,
integrità, riservatezza
e segretezza.**

**3. È bene documentare
sempre tutti i
dati rilevanti.**

**Assumere di routine
una posizione neutrale
rispetto ai punti di vista
contrastanti.**

**Assumere di routine
una posizione
neutrale.**

**È bene documentare
sempre tutti i
dati rilevanti.**

riservatezza)

- 1. 100% riservatezza
- 2. 100% riservatezza
- 3. 100% riservatezza
- 4. 100% riservatezza
- 5. 100% riservatezza

1. Aumentar o tempo de trabalho estratégico.

Resposta para a 1ª questão: para que o aumento do tempo estratégico seja realizado, é necessário que existam a seguir, em 2017,

Assente de 14 milhões de toneladas adicionais de bens estratégicos em comparação com 2017.

Assente de 13 milhões de toneladas adicionais de bens estratégicos em 2017, em comparação com 2016.

A sua distribuição será a seguir em milhões de toneladas:

- Resposta:
- 1. 2016 - 14 milhões
 - 2. 2017 - 13 milhões
 - 3. 2018 - 12 milhões
 - 4. 2019 - 11 milhões

2. Distribuição de bens estratégicos

QUESTÃO DE UM CONHECIMENTO: O CONHECIMENTO DE UM CONHECIMENTO DO TRABALHO E DA ATIVIDADE DE TRABALHO INTERNA PARA O ANO 2017

1. Aumentar o tempo de trabalho estratégico de bens

Resposta para a 1ª questão: para que o aumento do tempo estratégico seja realizado, é necessário que existam a seguir, em 2017,

Assente de 14 milhões de toneladas adicionais de bens estratégicos em comparação com 2017.

Assente de 13 milhões de toneladas adicionais de bens estratégicos em 2017, em comparação com 2016.

A sua distribuição será a seguir em milhões de toneladas:

- Resposta:
- 1. 2016 - 14 milhões
 - 2. 2017 - 13 milhões
 - 3. 2018 - 12 milhões
 - 4. 2019 - 11 milhões

2. Distribuição de bens estratégicos

CONHECIMENTO DE UM CONHECIMENTO DO TRABALHO E DA ATIVIDADE DE TRABALHO



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AGÊNCIA LATINA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
Agência Reguladora de Serviços de Telecomunicações (ARST) - 2008/0083

AGÊNCIA LATINA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
Agência Reguladora de Serviços de Telecomunicações (ARST) - 2008/0083
 de "Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"
 em ["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#)
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#) - Aprovada em 28 de maio de 2008.

AGÊNCIA LATINA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
Agência Reguladora de Serviços de Telecomunicações (ARST) - 2008/0083
 de "Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#)
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#) - Aprovada em 19 de novembro de 2008.

BANCO INTERBANCÁRIO DE DESENVOLVIMENTO - BDI, Banco de Meio Ambiente, Banco de Desenvolvimento e Banco de Recursos para o Trabalho, S/A
Banco Interbancário de Desenvolvimento (BID) - 2008/0083
 de "Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#)
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#) - Aprovada em novembro de 2008.

BRAS - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Sistema de Transporte Aéreo
BRAS - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) - 2008/0083
 de "Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#)
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#) - Aprovada em 11 de novembro de 2008.

BRAS - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Sistema de Transporte Aéreo
BRAS - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) - 2008/0083
 de "Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#)
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#) - Aprovada em 19 de novembro de 2008.

BRAS - BNC Agência de Transporte Coletivo - BNC, Sistema de Transporte Aéreo
BRAS - BNC Agência de Transporte Coletivo (BNC) - 2008/0083
 de "Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#)
["Comissão de Regulação e Fiscalização de Serviços de Telecomunicações"](#) - Aprovada em 28 de dezembro de 2008.



BRA1. Lei nº 8.775, de 13 de setembro de 2008 Criação da Rede Pública Nacional de Turismo, sob as direções do Sistema Federal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e as outras instituições previstas a Lei nº 8.003, de 12 de dezembro de 1997, e Decreto nº 3.194, de 12 de novembro de 1999, e dispositivos da Lei nº 8.881, de 26 de março de 1995 e das demais legislações, Decreto nº 671 - www.planalto.gov.br/ccivil/03/decreto/2008/08008.htm - Assinado em 2008 e 2009.

BRA2. Ministério da Economia, Ministério da Turismo e SPMO - Guia do Sistema Econômico do Turismo, 2020.

BRA3. Ministério das Comunicações, Internet das Coisas em parceria com o Setor de Inovação do Brasil - www.planalto.gov.br/ccivil/03/Decreto/2019/201900000.htm - Assinado em 28 de maio de 2019.

BRA4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Plano Nacional 2024-2027 - www.planalto.gov.br/ccivil/03/Decreto/2023/202300000.htm - Assinado em 27 de março de 2023.

BRA5. Ministério do Turismo e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Turismo Responsável no Brasil - www.planalto.gov.br/ccivil/03/Decreto/2019/201900000.htm - Assinado em 02 de junho de 2019. Nota: 2021.

BRA6. Ministério do Turismo e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Responsável Turismo - Guia prática para comunidades e turistas. Brasília: Ministério do Turismo, 2021.

BRA7. Ministério do Turismo e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Política Nacional de Turismo de Base Comunitária, turismo e parcerias turísticas base 2020.

BRA8. Ministério do Turismo, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, Ministério e Polícia Federal - Política de Gestão, 2019 - www.planalto.gov.br/ccivil/03/Decreto/2019/201900000.htm - Assinado em novembro de 2019 e maio de 2021.

BRA9. Ministério do Turismo - Carta do Turismo Seguro em ambientes naturais. Brasília - www.planalto.gov.br/ccivil/03/Decreto/2020/202000000.htm - Assinado em 28 de maio de 2020.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Andaraí**, Estatísticas do Turismo 2023, Vol. 49, São Paulo, 2023, 7 páginas, 2023, 2023, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/estatisticas-do-turismo/estatisticas-do-turismo-2023-vol-49>. Acesso em 04 de novembro de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Cartão de Identificação Turista**, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/seguranca-do-turista/cartao-de-identificacao-turista>. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Cartão de Identificação Turista**, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/seguranca-do-turista/cartao-de-identificacao-turista>. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Cartão de Identificação Turista**, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/seguranca-do-turista/cartao-de-identificacao-turista>. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Guia de Imunização para Brasileiros**, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/seguranca-do-turista/guia-de-imunizacao-para-brasileiros>. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Guia de Turismo Brasileiro**, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/guia-de-turismo-brasileiro>. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Planos Nacionais de Turismo 2007-2010**, Uma Visão do Brasil, Ministério do Turismo, Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Planos Nacionais de Turismo 2011-2014**, O Turismo Fazendo Muito Mais pelo Brasil, Ministério do Turismo, Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Planos Nacionais de Turismo 2015-2018**, Mais Energia e Energia para o Brasil, Ministério do Turismo, Brasília, 2015, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/planos-nacionais-de-turismo/planos-nacionais-de-turismo-2015-2018>. Acesso em 15 de novembro de 2024.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Planos Nacionais de Turismo**, Diretrizes, Modelos e Programas Ministeriais do Turismo Brasileiro, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Relatório de Responsáveis do Turismo Brasileiro**, 2023, Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/relatorio-de-responsaveis-do-turismo-brasileiro>. Acesso em 04 de novembro de 2024.



CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO - CNEC, Projeto São Turismo - Roteiro do Futuro: Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo - 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-conferencia-nacional-do-comercio-servicos-e-turismo>. Acesso em 20 de maio de 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO - CNEC, Projeto São Turismo - Roteiro do Futuro: Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo - Nacional - Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-conferencia-nacional-do-comercio-servicos-e-turismo>. Acesso em 20 de maio de 2024.

EXPO DE SÃO PAULO, Título de participação da CNEC com o tema Indústria Brasileira - São Paulo - 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-expo-de-sao-paulo>. Acesso em 20 de maio de 2024.

FORO DE DEBATE Fórum Nacional de Turismo - Relatório de Atividade - CNEC em Brasília - 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-foro-de-debate>. Acesso em 20 de maio de 2024.

FUNDO MUNDIAL DE INFRAESTRUTURA, WFP, Política Econômica Global, April 2024. Cenecc and Research.

INFRAESTRUTURA Fórum Nacional de Turismo - Relatório de Atividade - CNEC em Brasília - 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-infraestrutura>. Acesso em 20 de maio de 2024.

ONU - Tema: População Global - Repartição Humana, Mundo terá 10 bilhões de habitantes - 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-onu>. Acesso em 20 de maio de 2024.

Organização Mundial de Saúde, OMS, SAMU 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-oms>. Acesso em 20 de maio de 2024.

PÚBLICAS, CENSO, Saúde: Lei prevê maior controle da demanda por serviços - 2022. Disponível em: <https://www.cnecc.gov.br/pt-br/atividade/2022-01-01-publicas>. Acesso em 20 de maio de 2024.



gov.br/turismo



SIGLA O MTUR
NAS REDES SOCIAIS



